



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO  
ATA DE REUNIÃO**

Em 24 de novembro de 2023, às 16h00, realizou-se presencialmente na Sala de Audiência "Francisco Pugliese", no 1º andar do Edifício Sede, a Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) sob a presidência da Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, e teve a presença da Exma. Juíza Regina Celi Vieira Ferro, e dos servidores: Adriana Domanoski Gurniak, Carla Mendes Monteiro de Castro (representando a SECOM), Débora Forlin Granja, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Fernanda Machado Martins, Filipe Gioielli Mafalda, Hélcio Nalon Alves, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Katia Regina Cezar, Luís Carlos de Paula Reseck, Mariana Bordignon Draibe (representando a Coordenadoria de Qualidade de Vida), Renata de Souza Santos (Seção de Sustentabilidade), Rodrigo Lopes Nabarreto. Presentes os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SAI): Camila de Oliveira Coelho, Ingrid Sotanyi, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thays Martinez e a aprendiz Gabriela Cupone Gatti. De forma telepresencial, por intermédio da plataforma Google Meet, presentes os servidores Fernanda Izídio de Oliveira Cimino e Fernando Lucas De Marchi Pavaneli.

A Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo deu início à reunião, dando boas-vindas a todos e todas.

Após a apresentação dos presentes, deu início ao primeiro item da pauta: "Caso do PROAD (Ouvidoria) e e-mail recebido: acesso às vagas reservadas no Ed. Sede por uma advogada com deficiência".

A Exma. Desembargadora Ana Maria relatou o teor da ocorrência e, após breve introdução, passou a palavra ao Sr. Hélcio Nalon Alves para explanação sobre as circunstâncias da reclamação recebida pela Ouvidoria e sua apuração. Em seguida, a discussão foi estendida para que os demais presentes manifestassem ponderações e sugestões.

Dentre as principais contribuições, destacaram-se as sobre segurança e transparência das regras de acesso aos prédios, possibilidades de melhorias desse acesso e acolhimento da reclamante.

Foi sugerida a padronização de procedimentos de acesso por terceiros aos imóveis, priorizando a melhoria do acesso, atendendo aos aspectos de segurança da Instituição, com transparência e promovendo a autonomia e segurança dos(as) usuários(as).

Concluiu-se que serão necessários estudos para as melhorias de acesso, de forma a atender ao disposto nas normas, e, após a finalização dessa etapa, que haja divulgação interna e externa das regras de acesso aos Prédios do TRT-2.

Passou-se, então, ao segundo item da pauta: "Premiação 'Justiça do Trabalho Sustentável 2023' do TST e CSJT será entregue durante o 'VIII Encontro Nacional de Sustentabilidade da Justiça do Trabalho: Identidades, Trilhas e Horizontes', no TRT-8, Belém/PA, de 28/11 a 01/12/2023".

Sra. Fernanda Martins informou que o TRT-2 é um dos três finalistas no Prêmio “Justiça do Trabalho Sustentável” com a prática do “Plano de Logística Sustentável (PLS) no fluxo de contratações sustentáveis”. Comunicou que estará presente no referido evento, em Belém-PA, junto com o Sr. Luiz Fernando.

Terceiro item: “Renovação do contrato com o Instituto Jô Clemente (IJC) e nova contratação dos serviços de Acessibilidade Comunicacional”.

Sr. Luiz Fernando expôs sobre o andamento da renovação do contrato de inclusão profissional de aprendizes com deficiência intelectual com o Instituto Jô Clemente (IJC). Relatou que houve reunião com os atuais tutores e que, no início de 2024, será realizado o mapeamento das áreas para a contratação dos novos aprendizes, visto que encerrará o contrato de trabalho de alguns dos atuais aprendizes.

Sra. Katia Cezar sugeriu a verificação da atual condição de trabalho dos antigos aprendizes, a fim de obtermos ciência dos resultados desse projeto.

Em seguida, a Sra. Fernanda Martins deu ciência a respeito da nova contratação de serviços de acessibilidade comunicacional, na modalidade de “contrato sob demanda”, e informou que se encontra na fase de análise das amostras no processo licitatório. Esclareceu que até o final do ano de 2023 os serviços seguem sendo prestados por meio das atuais Atas de Registro de Preços.

Dando continuidade, passou-se ao item 4: “Construção de uma Política de Acessibilidade e Inclusão no TRT- 2, em 2024”.

Sra. Thays Martinez ressaltou que a criação de uma Política [de acessibilidade e inclusão] é uma necessidade e deve ser priorizada; esclareceu que esta tem a finalidade de ser um instrumento que torne mais efetivos os direitos das pessoas com deficiência no âmbito dos Tribunais, tanto para o público interno quanto para o externo. Informou que tal necessidade foi apontada pelo CNJ e por outros Regionais no evento do qual participou em Brasília. Cientificou que, para tanto, será necessária a formação de um Grupo de Trabalho.

A Sra. Renata Santos deu ciência que já atuava com a temática de acessibilidade e inclusão no Órgão Público que trabalhava anteriormente, desde 2012; evidenciou a importância da transversalização da temática dentro da Instituição e que a existência de uma Política clara contribui nessa evolução. No ensejo, Sr. Luiz Fernando também comentou sobre a importância da institucionalização da acessibilidade, ressaltando a importância que a matéria esteja disseminada em toda a Instituição, sob responsabilidade de todas as áreas.

Sr. Filipe Mafalda comunicou que há uma minuta da política iniciada, bastante avançada, que pode ser examinada e utilizada nos estudos.

Na sequência, a Sra. Fernanda Martins reforçou que é necessário trazer os indicadores de acessibilidade para o PLS (Plano de Logística Sustentável), pois este já faz parte do PEI (Plano Estratégico Institucional), para que, assim, as ações possam ser aprimoradas. Em complemento, Sr. Ivo Ramalho ressaltou a importância de que seja atendido o Anexo da [Resolução 401/2021](#).

Passou-se ao quinto item da pauta: “Proposta de temas para os cursos da CPAI para 2024”. Preliminarmente, Dra. Ana Maria informou não haver tempo hábil para esgotamento do assunto e que, por essa razão, as propostas de temas para os cursos de 2024 serão realizadas

posteriormente por e-mail.

Sr. Luiz Fernando explicou que o objetivo é selecionar um tema principal para o próximo ano, a fim de que sejam propostos cursos complementares em torno do mesmo assunto para aprofundá-lo.

No ensejo, Sr. Ivo reiterou o convite para divulgação e participação da oficina sobre acessibilidade digital, a ser realizada no dia 06/12/23, das 10h às 12h30.

Antes do encerramento, a Sra. Thays Martinez comentou sobre a importância da criação de um endereço eletrônico para a Comissão com intuito de facilitar a comunicação e compartilhamento de documentos.

Abrangidos os itens da pauta, a Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo agradeceu a participação de todos e todas e deu por encerrada a reunião.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.